

## “Que a gente só vê calamidade, só vê sofrimento”: conflitos socioambientais da UHE de Estreito (MA) no Acampamento Coragem

“What people only see calamity, we only see suffering” social and  
environmental conflicts at the Estreito Hydroelectric Power Plant  
in Camp Courage

**Laylson Mota Machado**  
Doutorando em Sociologia  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)  
laylsonmm@gmail.com

**Recebido:** 08/12/2023

**Aprovado:** 10/04/2024

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), a partir das vivências dos/as atingidos/as do Acampamento Coragem. A comunidade ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO), que é de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), empreendedor da usina, que disputa judicialmente a posse da terra desde outubro de 2015. Essa população tem enfrentado os conflitos ocasionados pela barragem de Estreito desde a sua instalação e continuam a sofrer os efeitos ocasionados pelo empreendimento. Com a vinda da barragem para a região tiveram seus direitos violados, tendo sido deslocados compulsoriamente passando a migrar em busca de novas territorialidades. Como orientação teórica o estudo se orienta a partir das abordagens da ecologia política, justiça ambiental e dos conflitos socioambientais. Os caminhos metodológicos seguem a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica e observação participante realizada em uma comunidade ribeirinha atingida pela barragem de Estreito. Dessa forma, evidencia-se que os grandes empreendimentos se pautam numa lógica neoliberal desenvolvimentista de se apropriarem dos recursos naturais como mola propulsora da economia.

**Palavras-chave:** Usina Hidrelétrica de Estreito; Conflitos Socioambientais; Acampamento Coragem.

**Abstract:** This work aims to analyze the socio-environmental conflicts at the Estreito Hydroelectric Power Plant (MA), based on the experiences of those affected at Camp Coragem. The community occupies a territory in Palmeiras do Tocantins (TO), which is owned by Consórcio Estreito Energia (CESTE), developer of the plant, which has been in legal dispute over ownership of the land since October 2015. This population has faced conflicts caused by the dam Estreito since its installation and

continue to suffer the effects caused by the undertaking. With the arrival of the dam to the region, their rights were violated, having been compulsorily displaced and migrating in search of new territorialities. As a theoretical orientation, the study is guided from the approaches of political ecology, environmental justice and socio-environmental conflicts. The methodological paths follow qualitative research, with a bibliographic review and participant observation carried out in a riverside community affected by the Estreito dam. In this way, it is evident that large enterprises are based on a neoliberal developmentalist logic of appropriating natural resources as the driving force of the economy.

**Keywords:** Estreito Hydroelectric Plant; Socio-environmental Conflicts; Camp Courage.

## Introdução

*“Acabaram com tudo.  
Ai, não vai ser indenizado.  
Nem nisso, que indenização foi essa que nunca ...  
acho que foi na água da barragem,  
desceu mesmo na água do rio. Nunca chegou pra nós”.*  
(J.P. ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).<sup>367</sup>

A narrativa na epígrafe que abre este artigo trata-se do relato de uma mulher, negra, ribeirinha, pescadora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O relato expressa como a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) afetou sua vida, destacando todo o processo de deslocamento, vulnerabilidade e violações de direitos.

Em vista disso, o presente texto busca analisar os conflitos socioambientais causados pela UHE de Estreito (UHEE) às comunidades ribeirinhas da região, tendo como lócus empírico a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. A Usina Hidrelétrica de Estreito, instalada em 2010, afetou a vida de um número significativo de povos e comunidades tradicionais, deslocando inúmeros

---

<sup>367</sup>As narrativas orais citadas neste trabalho compõem o trabalho de campo realizado em 2019, período de trabalho de campo para elaboração da dissertação de mestrado. Optou-se pelo uso de siglas para preservar a identidade das/os interlocutoras/es, da mesma forma que as narrativas estão transcritas na íntegra evitando cair no erro caricatural das transcrições orais de indivíduos rurais, como destaca Whitaker (2002).

pescadores/as, vazanteiros/as<sup>368</sup>, ribeirinhos/as e agricultores/as, que têm seus modos de subsistência voltados para o uso da terra e do rio.

A UHEE surge com uma proposta desenvolvimentista de promover a economia nacional na região do Sul do estado do Maranhão e parte do Norte do estado do Tocantins. Sendo operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável social e ambiental pela operacionalização da barragem, caracterizando-se pela confraria de empresas nacionais e multinacionais que administram a usina, sendo elas: Engie do Brasil Energia, Vale, Alcoa e InterCement. A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito teve início no ano de 2007 e está localizada na divisa entre o estado do Maranhão e do Tocantins impactando 12 municípios da área que a usina abrange: Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra de Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de 400 km<sup>2</sup> (CNEC, 2001).

A construção destes empreendimentos ocasiona uma série de conflitos e efeitos as regiões e as populações nos seus arredores. As comunidades tradicionais são as que mais sofrem compulsoriamente com a vinda de barragens para o entorno de seus territórios. No caso da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, composta por um grupo de atingidos/as que ocupam um território em Palmeiras do Tocantins (TO). A posse dessa terra fica a cargo dos empreendedores da usina (CESTE), com os quais os/as acampados/as reivindicam os direitos violados, lutando judicialmente por essa terra que ocupam desde outubro de 2015. A comunidade é composta por 36 famílias, tendo aproximadamente cem moradores/as.

Dentre as inúmeras violações destaca-se o deslocamento compulsório do território alagado. As margens do rio Tocantins tiveram 400 km<sup>2</sup> de área alagada, ocasionando na expropriação de inúmeros territórios, centros turísticos e modificações nos modos de vida<sup>369</sup> das populações atingidas. Em decorrência disso, muitas populações passaram a viver de forma vulnerável ao perderem seus territórios, tendo em vista, que os empreendedores não indenizaram nenhum dos atingidos que foram

---

<sup>368</sup> Trata-se da prática de subsistência realizada através da vazante. A cultura de vazante trata-se da prática exercida pelos ribeirinhos, que antes da construção da UHE de Estreito tinham pontos de pesca às margens do rio Tocantins. Nesses lugares, além de realizarem as atividades pesqueiras, a vazante era uma de suas atividades de subsistência. Tratava-se do plantio de vegetais e hortaliças na beira do rio, no período de desnível, época em que os ribeirinhos aproveitavam a fertilidade do solo para plantar melancias, arroz, abóbora, milhos, entre demais hortaliças (MACHADO, 2020).

<sup>369</sup> A concepção de modo de vida tem sido utilizada por vários/as autores/as que apontam que essa categoria trata-se especificamente das transformações pelas quais as sociedades rurais enfrentaram no período da industrialização (BRAGA; FIÚZA; RIMOALDO, 2017).

deslocados de seus antigos pontos de pesca. A UHE de Estreito ao tratar atingido na concepção territorial patrimonialista, privilegia os fazendeiros que detém legalmente a posse de terras. Nesse caso, a concepção territorial patrimonialista se define como aquele que detém legalmente o domínio das terras impactadas (VAINER, 2008). Essa definição não abarcaria os/as pescadores/as, vazanteiros/as e ribeirinhos/as, que não tinham posse legal do território ocupado e passaram a migrar em busca de construir novas territorialidades para que pudessem continuar com suas práticas de subsistência.

Diante dessa perspectiva, a população que passou a ocupar o Acampamento Coragem reivindicava a possibilidade de continuarem exercendo seus modos de vida que foram violados pela construção do empreendimento que os expropriou do território alagado. O território alagado trata-se das terras que foram inundadas pela construção da barragem, tendo a população atingida não recebido nenhuma indenização por parte dos “empreendedores”, dessa forma, o acampamento coragem se tornou o lugar no qual essa população busca construir novas territorialidades. A procura por uma nova territorialidade perpassa o sentido da memória e do lugar, o que o território alagado significou e continua a permear as suas vivências.

Em vista disso, a proposta do presente trabalho é destacar os conflitos socioambientais causados pela construção da UHE de Estreito e que se perpetuam até hoje. Com isso, usa-se de análise bibliográfica e do contexto ribeirinho de uma comunidade atingida que desde outubro de 2015 disputa judicialmente um território de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), por meio disso, evidenciam-se as causas e consequências que um grande empreendimento tem acarretado no meio ambiente e nas vivências de comunidades tradicionais.

### **Conflitos Socioambientais da UHE de Estreito**

Para Alonso e Costa (2002) a questão ambiental alcançou âmbito global na sociedade civil por volta das últimas décadas do século XX, chegando aos debates científicos do Brasil apenas nos anos 80, quando as ciências sociais passaram a se interessar pela temática ambiental. Para Alonso e Costa (2002), a diversidade de áreas e linhas sobre estudos ambientais no Brasil se caracterizam como um campo híbrido seja do ponto de vista temático como teórico. Essas prerrogativas dividem a abordagem ambiental em duas grandes perspectivas: a primeira relacionada à gestão ambiental e a segunda a ação dos movimentos ambientalistas.

Na leitura de Fleury et. al (2014), a autora destaca que os estudos do ambiente na sociologia estão vinculados as investigações teóricas capazes de articular o social e o natural, criando-se com isso a Sociologia Ambiental. O princípio de análise desta área parte da necessidade de compreender a sociedade e a natureza de forma interligada.

No que concerne aos conflitos socioambientais, na sociologia ambiental brasileira destacam-se três grupos de estudiosos que se debruçam sobre os conflitos ambientais como campo de investigação no Brasil, os que dialogam com a sociologia ambiental internacional; os que se embasam teoricamente a partir de uma sociologia crítica, e por fim, as contribuições da antropologia nas discussões acerca de como os conflitos ambientais são analisadas a partir da perspectiva de povos tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento (FLEURY et. al, 2014).

Na sociedade moderna os conflitos socioambientais têm entrado em amplo espaço de debate científico e político como percebemos na contemporaneidade com a crise hídrica, a exploração dos recursos naturais, e a natureza sendo utilizada como trunfo de mercadoria para o capital, acaba acarretando na pobreza, desapropriação, efeitos e conflitos que grandes empreendimentos têm causado as populações tradicionais.

As comunidades tradicionais têm enfrentado os efeitos que a ação do Estado e empreendedores tem causado ao buscar a promoção do capital, seja através de hidrelétricas, mineradoras, reservas extrativistas e ferrovias. Os conflitos socioambientais estão envolvidos em grupos sociais que fazem uso diversificado de apropriação e significação do território.

Os conflitos ambientais são, portanto aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Para compreensão de como esses conflitos ocorrem é necessário entender que o ambiente é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. Henri Acselrad (2014) chama atenção para a causa ambiental, enfatizando que esta não é una, universal e comum a todos, fazendo do ambiente um objeto de cooperação entre diferentes atores sociais. Dessa forma, o autor situa que em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é permeado por conflitos sociais, mesmo não sendo admitidos em algumas esferas políticas e estatais. Em vista disso, ocorrem os conflitos ambientais, quando há desacordos no interior de arranjos espaciais de atividades de uma

localidade, região ou país, em que a comunidade de algum tipo de ocupação territorial se vê ameaçada pela maneira como determinadas atividades são desenvolvidas, como exemplo a instalação de grandes empreendimentos em regiões amazônicas (ACSELRAD, 2014).

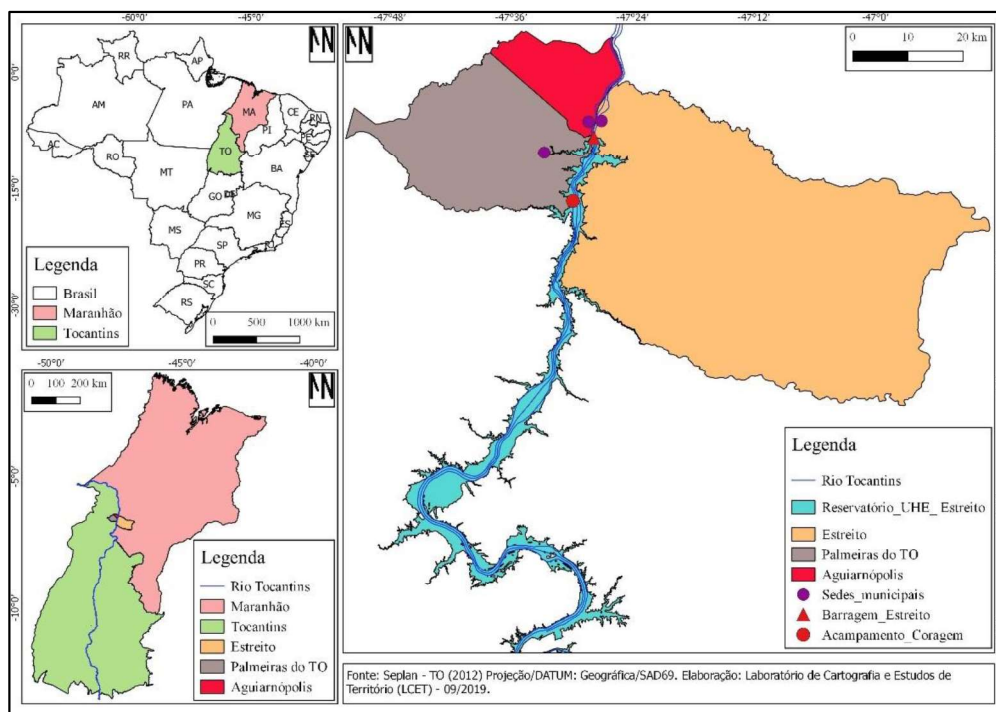
Os conflitos derivam da disputa territorial pela mesma base de recursos, como o caso das populações atingidas que lutam por territórios rurais que são de apropriação dos empreendedores que utilizam para fins lucrativos. Entre essas abordagens Zhouri e Laschefski (2010) destacam os conflitos ambientais territoriais, evidenciam as reivindicações de diversos segmentos sociais, que ao portarem identidades e lógicas culturais divergentes sobre o mesmo espaço, como exemplo a área de implantação de uma hidrelétrica e as territorialidades da população atingida.

O território nessa abordagem implica no sentido do patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade que o ocupa. Esses conflitos surgem da apropriação do espaço, acarretando em consequências sociais e ambientais, que divergem com a concepção dos grupos sociais que dependem do território.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centrada nos lugares (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

As alterações nos modos de vida estão presentes em um dos efeitos enfrentados pelas populações atingidas. No contexto da UHE de Estreito a pesca sofreu compulsoriamente com a implantação da barragem, passando a impactar na migração, reprodução e percurso dos peixes, da mesma forma que as práticas de vazantes ao serem proibidas de se exercerem as margens do lago, os/as vazanteiros/as passaram a plantar em roças de toco. O Mapa 1, ilustra as trajetórias, localizações e ocupação fixada por parte desse grupo de atingidos.

Mapa 1: Localização da área de estudo



Fonte: SEPLAN – TO (2012). Org. Machado (Setembro/2019).

Como festa-se no mapa 1, na área do presente estudo situam-se os municípios de Estreito (MA); Aguiarnópolis (TO) e Palmeiras do Tocantins (TO), sendo o primeiro deles a sede onde está instalada a usina, a segunda onde se localiza o vertedouro da barragem, e por fim, o município em que se forma a comunidade ribeirinha. Dessa forma, percebe-se que as trajetórias que a população ribeirinha está entre os dois estados nos quais o empreendimento se instalou, com isso, entre Estreito e Palmeiras do Tocantins, os/as moradores/as da comunidade têm buscado formas de resistir e permanecer no território em disputa.

Seguindo essas abordagens, pretende-se trazer ao debate as formas como as populações atingidas têm enfrentados os efeitos e conflitos causados pelos grandes empreendimentos. Os sujeitos atingidos são os que mais sofrem com a vinda das barragens para a região em que habitam.

[...] além de um deslocamento físico e material, experimenta, ao fim e ao cabo, um deslocamento social e cultural. Um sujeito que passa por um processo dramático de sociabilidade forçada, forjada nos processos políticos e nas demandas burocráticas que lhe são alheios (ZHOURI, et al, 2018, p. 30).

Os conflitos socioambientais causados por grandes empreendimentos têm cunhado um grande debate no campo científico, sobretudo, ao tratar dos efeitos e desastres não só ao meio ambiente, mas também a vida das populações tradicionais. Para Acselrad e Silva (2011), a causa ambiental torna-se um motor de organização política dos atingidos, que além de desqualificarem esses grupos sociais enquanto sujeitos políticos “o planejamento autoritário que prevaleceu por grandes projetos hidrelétricos tendeu a equacionar enormes transformações socioambientais” (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 88).

O caso dos os/as atingidos do Acampamento Coragem ilustram bem os conflitos causados por grandes empreendimentos hidrelétricos. Dentre eles estão: o não reconhecimento enquanto população atingida pela UHE de Estreito e os direitos violados que a comunidade enfrenta até os dias atuais; a mortandade de peixes; os deslocamentos compulsórios de povos e comunidades tradicionais e as reivindicações por seus modos de vida que foram afetados pela chegada da barragem. Zhouri (2018, p. 30) define o sujeito atingido, como aquele que para além do deslocamento físico e material, vivencia um deslocamento social e cultural. Sendo “Um sujeito que passa por um processo dramático de sociabilidade forçada, forjada nos processos políticos e nas demandas burocráticas que lhes são alheios”. Assim, a construção de usinas hidrelétricas tem sido geradora de injustiças sociais e ambientais, na medida que os custos dos conflitos socioambientais recaem sobre as comunidades atingidas, mesmo essas não sendo consideradas sujeitas ativas no processo de decisão sobre os significados, destino e uso dos recursos naturais existentes em suas regiões (ZHOURI et al, 2014; VAINER, 2008; ALMEIDA; 2007).

Zhouri e Laschefski (2010), afirmam que conflitos socioambientais não se associam apenas as questões de apropriação material que já estão em prática, mas se iniciam desde a concepção e planejamento espacial ou territorial que podem ser identificados nas análises durante o processo de licenciamento ambiental. Esse processo é composto por três fases, sendo elas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). A Licença Prévia trata-se do processo de avaliação da fase inicial do empreendimento, nessa etapa o empreendedor apresenta os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), com base nesses estudos é que se avaliam a viabilidade técnica ambiental da obra; com a aprovação da LP, se inicia fase de Licença de Instalação, que ocorre através da apresentação do Plano de Controle Ambiental (PCB), fase em que será avaliada e julgada a concessão da LI; a Licença de Operação se dá quando são cumpridas as etapas



anteriores e se autoriza o início de funcionamento do empreendimento (ZHOURI, LASCHESFSKI, PAIVA, 2014).

Nesse contexto, situa-se a UHE de Estreito que após a concessão da Licença Prévia (LP) que ocorreu em abril de 2005, sem o aval técnico do IBAMA, que chegou a identificar 54 pontos incompletos para que a emissão da licença fosse autorizada (SANTIAGO, 2014). A licença foi revogada após o Ministério Público Federal recomendar que o IBAMA realizasse estudos complementares sobre os “impactos” do empreendimento. Conforme Almeida (2007), as recomendações do órgão estatal foram encaminhadas pelos procuradores da república dos estados do Maranhão e Tocantins, os quais destacaram dezesseis itens que tornavam a licença precária, entre eles a necessidade de estudos etnoecológicos em terras indígenas que se localizavam na área de influência da usina. Entretanto, a recomendação não foi acatada, tendo o órgão ambiental alegado que as dúvidas poderiam ser sanadas ao longo do processo de licenciamento (ALMEIDA, 2007).

Em decorrência da licença prévia, as obras da barragem tiveram início em fevereiro de 2007, com isso, pode-se observar que os conflitos advindos da construção de uma barragem apresentam-se antes mesmo da sua concretização, já nas análises e debates sobre o licenciamento ambiental que tal empreendimento ocasionará a vida das populações onde o empreendimento se instala. A partir desses fatores que surgem os conflitos ambientais situando-se na luta entre atingidos e empreendedores, onde:

[...] de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Nesse contexto, as histórias de vida elencada pelos atingidos poderão expressar as formas como desde a vinda da usina para a região as suas vivências têm sido modificadas, por isso, busca-se abordar como esses conflitos socioambientais ocorreram antes, durante e após a construção do empreendimento. As percepções da população acampada sobre os conflitos socioambientais também contribuíram para a construção deste estudo, ao evidenciar como estes conflitos permearam o ambiente físico e social, da mesma forma que culminou em mudanças culturais, históricas, econômicas e políticas no exercício da vivência ribeirinha.

### **“Que a gente só vê calamidade. Só vê sofrimento”: UHE de Estreito em perspectiva**

As crises ambientais têm se alastrado de forma mais expressiva nos últimos anos, há exemplos das mudanças climáticas, que tem entrado em debates internacionais acerca de como o mundo responde aos conflitos climáticos, como ocorreram nas conferências internacionais COP 27 e 28 em 2022 e 2023 respectivamente. Assim, as emergências socioambientais têm se construído como um campo epistêmico dentro do campo sociológico, tais abordagens demandam análises teóricas capazes de compreender as articulações entre o social e o natural, identificando através disso, o que se chama de sociologia ambiental (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

Dentro desse debate, o Brasil enquadra-se como um campo de grandes conflitos socioambientais, embora seja um território rico em biodiversidade, têm acarretado numa série de embates e explorações ao meio ambiente, como exemplo das explorações de grandes mineradoras, construções de usinas hidrelétricas, e avanço do agronegócio em territórios amazônicos. No que diz respeito à riqueza hídrica do Brasil, o país tem promovido o uso deste recurso como mola propulsora do capital, desde as décadas de 1970, em decorrência da crise do petróleo. Nesse cenário as grandes empresas têm utilizado o barramento de rios para gerar energia elétrica e alavancar a economia nacional.

Esse contexto é realidade em vários estados do país, mas tratando-se especificamente da bacia hidrográfica rio Araguaia/Tocantins<sup>370</sup>, segunda maior em produção de energia elétrica em território nacional. Nos últimos anos tem sido explorada com frequência por grandes empreendimentos, tendo um número considerável de usinas hidrelétricas instaladas no leito de seus rios, e outras em projeção à espera da Licença de Instalação (LI). Na bacia do rio Araguaia/Tocantins destacam-se sete usinas hidrelétricas em funcionamento - Tucuruí I (PA); Serra da Mesa (GO); Lajeado (TO); Cana Brava (GO); Peixe Angical (TO); São Salvador (TO); e Estreito (TO/MA) – e quatro em fase de projeção – Ipueiras (TO); Tupiratins (TO); Serra Quebrada (TO/MA); Marabá (PA), de acordo com Carvalho (2018).

A UHE de Estreito insere-se no cenário dos grandes projetos já instalados e que continuam a acarretar uma série de disputas e conflitos socioambientais para povos e comunidades tradicionais. Nos processos de licenciamento e planejamento das obras, o progresso e desenvolvimento são

---

<sup>370</sup> Trata-se de umas das bacias hidrográficas do Brasil, formadas pelos rios Tocantins (com 2.416 Km de extensão) e Araguaia (com 2.115 Km).

recorrentes nos discursos propagados pelos empreendedores. Na realidade da UHE de Estreito, muitas promessas foram vinculadas nas cartilhas, discursos e debates no ano de 2007 quando a barragem deu início a sua obra.

Os discursos propagados pelos “empreendedores” visam promover todos os “benefícios” que a construção do empreendimento trará para região, essa rede discursiva envolve uma série de estratégias, seja a escrita, televisionada, como também o uso de sites, folhetos, cartilhas e redes sociais. Silva Júnior (2014), destaca que essa rede discursiva tem dois objetivos fundamentais, primeiro “informar” a população a respeito das “vantagens” econômicas e sociais do empreendimento, passando a silenciar a população diretamente atingida a partir da ação “educativa” proporcionada pelos folhetos e cartilhas criadas pelo CESTE, que emitem a sua “preocupação” com as questões ambientais e o remanejamento de famílias. O segundo objetivo diz respeito a dicotomização entre o CESTE e a população atingida que reivindica seus direitos, utilizando como forma de criminalizar as ações de resistências propagadas pelos movimentos sociais e os/as atingidos/as, colocando-os num entrave contra o “progresso” do país, e o desenvolvimento da região.

Dentre os discursos e promessas de “progresso” e desenvolvimento estavam aquelas destinadas aos os/as pescadores/as. A UHE prometia a essa categoria a indenização e construção de vila para onde os mesmos seriam remanejados, promessas essas não cumpridas. Como destaca a narrativa:

Nois achamos que ia ser bom pelo o que ele falou pra nois né, ainda chamou nois pra ir em reunião. Nois saímos fomos pras reuniões no meio de rua mesmo. Vestimos camisa “A hora era essa” e não sei o que mais. Dizendo que... e aí a gente sempre fica naquela esperança né. A esperança do pobre é amanhã ou o ano que vem né. Mas com essa esperança toda vida de um dia chegar uma coisa boa pra nois através de barragem mas, parece que não. Que **a gente só vê calamidade né. Só vê sofrimento** (J.P., ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

Os discursos propagados pelos empreendedores chegavam aos ouvidos das populações atingidas de forma a impressioná-los com promessas de melhorias de vida, e conseqüentemente proporcionar o crescimento para a região em que se instalaria o empreendimento. A narrativa da pescadora evidencia como recebeu a notícia da vinda da barragem para região, tendo de início entendido que a construção iria ser benéfica e colaborativa para sua realidade de pescadora, entretanto, na atualidade comprova-se todas as violações, expropriações e reivindicações que ela enfrenta em decorrência da instalação da usina.

As ferramentas discursivas utilizadas pelo empreendimento desde a chegada da usina, são objetos de análise do trabalho de Silva Júnior (2014), que ao analisar as questões presentes tanto em jornais, como no site da usina, e sobretudo nas cartilhas que era entregues a população, percebeu as estratégias narrativas presentes nesse material discursivo que se propagou pela região

A narrativa desenvolvida pelo conteúdo da cartilha lança mão de uma história contada a partir de desenhos nos quais são retratados os representantes do CESTE numa conversa informal e animada com as famílias atingidas pelo empreendimento. Ao lado das imagens são postas as informações concernentes ao empreendimento principalmente as que procuram justificar a saída compulsória das famílias de suas moradias e as “vantagens” decorrentes dessas mudanças (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 85).

Diante disso, através das matérias jornalísticas, dos panfletos distribuídos e criados pelo CESTE, dos pronunciamentos e entrevistas das elites políticas e econômicas, acabam-se criando um universo discursivo monolítico, em que “a memória oral imprime à discussão um tom mais conflituoso, porquanto os depoimentos, por vezes se confrontam ou apresentam contradições internas” (SILVA JÚNIOR, 2014, p.89). A partir disso, problematiza-se a chegada do “progresso” para as regiões mais vulneráveis, e que sempre vem carregada de incongruências, sendo os povos e comunidades tradicionais os que mais sofrem com a construção desses empreendimentos, não sendo levadas em consideração os saberes e os conhecimentos desses povos que seriam de grande relevância para que de fato se compreendessem as questões que uma usina hidrelétrica causa a essas populações, uma vez que possuem afetividades e cosmologias com os territórios em que tais obras se instalam, como pontua Almeida (2007).

A chegada desses empreendimentos vem carregada de promessas não cumpridas, ao ser questionada a respeito das negociações que foram promovidas pelo CESTE, a pescadora D. F.O (57 Anos, ENTREVISTA ORAL, 08/07/2019) fala “Eu vi dizer assim, que eles prometeram que ninguém ia ficar na mão né. Na mão assim, desamparado né, isso aí, teve isso. Ninguém ia ficar desamparado, eles ia agazaiar as pessoas. Podia esperar que eles ia agazaiar”. A narrativa situa-se também ao que se propagou pelas cartilhas, que induzia a população a “entender” que a vinda da barragem para região sustenta as propostas de propagação de progresso e desenvolvimentos que se vinculavam as propagandas favoráveis a construção da barragem, ao prometer para a população atingida que seriam remanejadas, que não haveria danos a pesca, e que não deixaria a população desamparada.

Romper com a lógica desenvolvimentista dos grandes empreendimentos tem se pautado no debate dos movimentos sociais e da ecologia política, em decorrência da degradação ambiental

enfrentada nos últimos anos, e da transformação acelerada dos recursos naturais levou a problematizar o modelo capitalista vigente que não se situava apenas nos termos de justiça social, perante isso que a mudança do modelo de desenvolvimento passou a ser uma proposição ética, como também imperativo de sobrevivência (EMPINOTTI et al, 2021).

Entre os princípios da ecologia política Miranda (2013, p. 143) destaca “a defesa de que a degradação da terra é um resultado e uma causa da exclusão social”. Buscando propor uma ecologia crítica, tendo como objetivo central as lutas sociais que se conectam com os problemas ecológicos, que a ecologia política se define (GOMES, 2015). Portanto, compreender essa abordagem é de suma relevância para tratar dos temas emergentes da sociedade contemporânea, tais como os conflitos socioambientais, desenvolvimento e ecologia política.

As ações estatais de grandes empreendedores sobre as águas e territórios tradicionais pode associar-se ao que Patrícia Ávila-Garcia (2016) destaca como neoliberalização da natureza. Realizando uma abordagem acerca da ecologia política da água em um contexto latino americano.

a neoliberalização da natureza está relacionada com a privatização e desapropriação dos recursos naturais e bens comuns (rios, lagos, aquíferos, mares): fragmentação do ecossistema e devastação ambiental; bem como com a mercantilização dos recursos naturais e serviços ambientais; e a socialização dos custos ambientais externalidades, segundo a economia ambiental (ÁVILA-GARCIA, 2016, p. 19).

Assim, compreende-se a ação capitalista em territórios rurais, tradicionais e amazônicos (pensando nas regiões Araguaia/Tocantins onde grandes barragens têm se instalado), concebendo o natural como mercadoria. Há exemplos do barramento de rios para fornecimento de energia elétrica que o Brasil tem se pautado em seu modelo energético. Com isso, pode-se associar a ação estatal de grandes empreendimentos hidroelétricos como neoliberalização da água, tendo em vista o acúmulo de barragens instaladas e em processo de licenciamento que se encontram no leito do rio Tocantins.

Por meio disso, a lógica neoliberal de grandes empreendimentos propaga discursos de que esses empreendimentos tais como as barragens, mineradoras, portos e siderúrgicas promovem a economia, dessa forma, é cabível refletirmos sobre o contexto hidroelétrico de usinas formadas no leito da bacia hidrográfica do rio Araguaia/Tocantins evidenciam a ação estatal que o Estado e empreendedores têm usufruído dos recursos naturais.

Para Bordalo (2008), a água não pode ser entendida apenas como um recurso natural a ser transformada em mercadoria, ela deve ser entendida como um bem comum de direito universal, tendo

seu valor mais que econômico, mas também simbólico, espiritual e imaterial. Ela deve ser tratada como um patrimônio da humanidade, e com isso, ser preservada e de uso de todos/as. No contexto vivido pela população ribeirinha o rio e a terra tem valor imaterial para suas vivências, tais como destaca uma das pescadoras, ao ser questionada sobre a representação destes em sua vida: “Sobrevivência, porque é dela que a gente tira o sustento. Da terra e da água, então ela representa a sobrevivência” (J.M., ENTREVISTA ORAL, 09/07/2019).

### Considerações finais

O presente artigo analisou as territorialidades ribeirinhas construídas em um território em disputa, destacando os conflitos e disputas socioambientais enfrentadas pela população ribeirinha do Acampamento Coragem. Destacando como a lógica desenvolvimentista tem se instaurado em territórios amazônicos e as formas de como esses empreendimentos promulgados por projetos neoliberais tem alterados os modos de vida de populações ribeirinhas.

O texto sinalizou para discussão sobre as ações do capitalismo em territórios tradicionais, sobretudo, no uso da natureza como agenciadora de mercadorias. Tratando-se especificamente do caso das grandes hidrelétricas, como a de Estreito, evidenciando que tais empreendimentos ocasionam uma série de efeitos para populações que atualmente vivem em vulnerabilidade. Com isso, as questões culturais, identitárias e as alterações nos modos de vida da comunidade traduzem os conflitos ocasionados pela construção de um grande empreendimento. Assim, refletir sobre os motivos que levam uma comunidade ribeirinha a permanecer em um território marcado por conflitos e disputas socioambientais se apresenta com um amplo campo de debate para o entendimento das especificidades de populações tradicionais que vivem na Amazônia brasileira.

### Referências

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa. **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.

ACSERALD, Henri. Apresentação. IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terra indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB: Brasília, 2007.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2002.

ÁVILA-GRACIA, Patricia. Hacia una ecología política del agua em Latinoamérica. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 55, p 18-31, 2016.

BORDALO, C. A. L. La paradoja del agua en la Amazonia brasileña. El pueblo sin agua en la región de las aguas. **América Latina Hoy, Salamanca**, v. 74, p. 81-95, dic. 2016.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012**. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito: Relatórios de Impacto Ambiental** – RIMA, 2001.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; IAMAMOTO, Sue A.S.; LAMAS, Isabela; MILANEZ, F. Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-18, 2021.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PEMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, nº 35, 2014, p. 34-82.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. 2017. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, RS, 2013.

GOMES, Cicera Maria dos Santos. Associativismo e ambientalismo: a construção da barragem de Pirapama numa perspectiva de gênero. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 2, p. 114-128, jul./dez. 2015.

MACHADO, Laylson Mota. **“A beira do rio é o nosso lugar”**: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.28, n. 1, p. 142-161, jan./abr. 2013.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem**. Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, dádiva e distopia: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José** – TO. 2014. 177f.

Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará: UFPA, Bragança, PA, 2014.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas Alagadas: conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008, p.39-63.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Rachel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**, v. 10, n. 2, pp. 119-135, 2007.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2010.

ZHOURI, Andréa, et al. O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão dos afetos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editora iGuana, ABA, 2018.